



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

**Intervenção da Ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice,
na audição parlamentar
da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
e da
Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias**

ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

13 de novembro de 2024

Quando, a 2 de abril, tomei posse como Ministra da Justiça estava longe de imaginar que o nível de insuficiências que atingiam as prisões, os tribunais, conservatórias ou os centros educativos era tão drástico. Mas a realidade superava qualquer discurso batido da falta de meios para a Justiça.

Encontrámos prisões com problemas no abastecimento de água, edifícios sem condições físicas para acolher funcionários, carrinhas de transporte de presos avariadas a caminho do tribunal, elevadores parados em edifícios de tribunais com sete andares.

A tudo isto se somava a greve de mais de um ano dos funcionários judiciais, a greve dos guardas prisionais, a greve nos profissionais de registos e a greve dos técnicos de reinserção social.

Foi grande a surpresa ao descobrir que o Fundo de Modernização da Justiça – destinado a promover projetos de modernização da Justiça – tinha sido esvaziado dos seus 20 milhões de euros, para pagar salários e que não mais tinham sido repostos.

A lista de audiências concedidas a Presidentes de Câmara que vinham cobrar promessas era enorme.

De herança, tinha-nos sido entregue um conjunto de diplomas que aprovavam investimentos que nunca foram concretizados. Nem os novos Tribunais, nem as novas cinco prisões, apesar das cerimónias de lançamento de 1ª pedra, vieram a conhecer a luz do dia.

Senhor Presidente da COFAP

Senhora Presidente da 1ª Comissão

Senhoras e Senhores Deputados,

Não gostamos de perder muito tempo com lamentos, mas a verdade deve ser dita.

- O problema da água da prisão de Vale de Judeus está em fase final de resolução.
- Os Serviços prisionais receberam novas carrinhas celulares e a aquisição de mais está em curso.
- Foram tomadas providências para que os elevadores do Palácio da Justiça de Lisboa voltassem a funcionar e decidida a substituição dos que estão obsoletos.
- Foram celebrados acordos com os guardas prisionais e com os funcionários judiciais.
- As carreiras começaram a ser revistas, as promoções descongeladas.
- Foram aprovados novos recrutamentos para os tribunais e para as prisões.
- Noutros casos, apresentámos um calendário para trabalhar – como a revisão da carreira dos Técnicos de Reinserção Social, agendada para 2025. [acordo plurianual de valorização dos trabalhadores da administração pública]

Também estamos a pôr a nossa casa em ordem. Uma casa onde não chova, onde os equipamentos funcionem e onde a tecnologia seja uma aliada no combate aos atrasos. Mas, acima de tudo, uma casa onde o Estado dá condições às pessoas para trabalharem.

Senhor Presidente da COFAP

Senhora Presidente da 1ª Comissão

Senhoras e Senhores Deputados,

O Orçamento para 2025 do Ministério da Justiça totaliza perto de **dois mil milhões de euros**.

São os recursos com que vamos gerir em conjunto com:

- **Três Direções-Gerais** (da Reinserção e Serviços Prisionais, da Administração da Justiça e da Política de Justiça)
- **Uma polícia de investigação criminal** (a Polícia Judiciária)



- **Quatro institutos** (IGFEJ, IRN, Instituto de Medicina Legal e o INPI)
- **Cinco estruturas** (CEJ, Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, Comissão dos Programas Especiais de Segurança, Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares de Justiça e o eBuPi)
- **Uma Inspeção-Geral** e
- **Uma Secretaria-Geral**

No Ministério da Justiça trabalham **23 mil pessoas**:

- 30% no sistema judicial
- 28% na reinserção e nas prisões
- 20% nos registos e notariado
- 14% na investigação criminal
- 4% na medicina legal

Quatro organismos absorvem **mais de 90% dos recursos** humanos:

- Direção-Geral da Administração da Justiça (OJ/TAF/MP)
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
- Instituto dos Registos e do Notariado
- Polícia Judiciária.

Estes dados mostram a importância da despesa com pessoal: do total de dois mil milhões de euros, cerca de dois terços destinam-se a pagar salários – um total de mil e 200 milhões de euros, o que representa uma subida de quase 4% face ao valor estimado para a execução de 2024.

Para a revisão das carreiras dos Oficiais de Justiça reservámos cinco milhões de euros.

Para o Corpo da Guarda Prisional: 14 milhões de euros.

Para os trabalhadores da Polícia Judiciária (que acolheu 1500 funcionários do antigo SEF), foram reservados 40 milhões de euros pelo exercício de funções em condições de risco, insalubridade e penosidade.

Não o digo como lamento. Pagar salários a juízes dos tribunais administrativos, a procuradores, a funcionários judiciais, a advogados oficiosos, a guardas prisionais, a técnicos de reinserção social, a conservadores, a oficiais de registo, a técnicos de medicina legal, a inspetores da Polícia Judiciária e a todos os profissionais que desempenham funções na Justiça não é motivo de queixume. É dinheiro bem gasto.

Foi pelas Pessoas que começámos a desenhar o Orçamento da Justiça:

- em **novos recrutamentos** (como com a contratação em curso de 570 Oficiais de Justiça e de 225 Guardas Prisionais, entre outros.)
- Hoje mesmo foi publicada em Diário da República a lista de ordenação final dos candidatos ao concurso de 570 Oficiais de Justiça – foi um procedimento exemplar, iniciado em agosto e onde o esforço para acelerar o processo deu resultados.
- em **valorização das remunerações**, revisão de estatutos e de sistema de avaliação (dos Oficiais de justiça, dos Guardas prisionais)
- e em **formação** (de novos conservadores dos registos, por exemplo)

Motivar as pessoas que trabalham na Justiça, dar-lhes condições para trabalharem de forma mais produtiva é a nossa grande prioridade para 2025, dando seguimento às decisões de base por nós tomadas em 2024.

Não há Reforma da Justiça que resista a profissionais judiciais desmotivados, mal pagos ou sem condições físicas para trabalhar. Queremos dar futuro às profissões judiciais.



O Orçamento do Estado visa **Recuperar, Reformar e Relançar Portugal com responsabilidade**, o Orçamento da Justiça pretende ainda:

- ✓ **Reduzir** as ineficiências
- ✓ **Requalificar** as infraestruturas e equipamentos
- ✓ **Restaurar** a confiança dos cidadãos na Justiça

É possível fazer mais com os recursos humanos existentes. Mas, sobretudo, é possível fazer melhor, com os mesmos recursos financeiros disponíveis.

Para **combater ineficiências**, para gerar poupanças e para assegurar que o orçamentado é bem executado, o Ministério da Justiça decidiu criar o “**Comité de Eficiência e Sustentabilidade**”.

É um comité transversal a todos os organismos que tem como missão identificar oportunidades de poupança e de autossuficiência para todo o Ministério da Justiça. Desde a gestão da água, à adoção de medidas de eficiência energética e de sustentabilidade, passando pelo uso das novas tecnologias e inteligência artificial, é possível poupar recursos e tempo, desde que haja melhor gestão.

Mais do que a limitação de recursos, é com uma gestão eficiente, com critérios, com transparência e orientada para os resultados com que nos queremos ocupar.

Senhor Presidente da COFAP

Senhora Presidente da 1ª Comissão

Senhoras e Senhores Deputados,

Com o mesmo nível de receitas próprias, que pouco se altera em 2025, queremos fazer mais, gastar melhor o dinheiro que temos, utilizar melhor os recursos do Ministério da Justiça.

O Orçamento do Ministério da Justiça para 2025 tem três grandes grupos de despesa:

- salários (no montante de mil e 200 milhões de euros)
- outras despesas de funcionamento com bens e serviços (de cerca de 500 milhões de euros)
- e o investimento em equipamentos e infraestruturas (no valor de 259 milhões de euros).

O Governo decidiu repor os 20 milhões de euros retirados em 2023 do Fundo de Modernização da Justiça para pagar salários. Mas para modernizar a Justiça é preciso muito mais.

No que se refere aos Investimentos para 2025, temos 110 projetos em curso. O Investimento para estes projetos ascende a 260 milhões de euros, sendo cerca de 170 milhões de euros, oriundos do PRR. Passo a exemplificar:

- 53 milhões de euros para investimento em Tribunais
- 19 milhões de euros para os Serviços Policiais
- 13 milhões de euros para Estabelecimentos Prisionais
- 21 milhões de euros para o Sistema de Informação Cadastral Simplificado e do Balcão Único do Prédio (BUPi).

2025 vai ser o ano do processo eletrónico: além da adesão plena, em todas as fases processuais, incluindo a fase de inquérito, à tramitação eletrónica, 2025 será o ano da modernização dos equipamentos e infraestruturas tecnológicas.

Ter salas de audiência bem equipadas com plataformas eficientes de recolha de som e apresentação de prova judicial, poupa tempo, permite uma administração da Justiça mais eficiente, serve melhor os cidadãos e promove o crescimento económico.



No que respeita à transformação digital, o orçamento do Ministério da Justiça contempla um aumento de mais de 20%.

De pouco adianta ter bons equipamentos físicos se não houver rede, ou se a rede falhar. A largura de banda que liga os organismos da Justiça será quadruplicada.

Se as verbas do **PRR da Justiça** só podem ser alocadas à digitalização e à eficiência energética, vamos usar bem esse dinheiro.

No âmbito do **Plano de Recuperação e Resiliência**, já contratualizámos (ou estamos em vias de contratualizar) 230M€, prevendo-se que, até ao final de 2025, seja executada a totalidade da verba atribuída à Justiça, num montante total de 320M€.

Estes investimentos vão permitir renovar todos os sistemas dos tribunais e dos registos, atendendo às necessidades dos profissionais e dos utilizadores dos serviços.

Já o investimento em edificado, que por natureza, atravessa vários orçamentos anuais, tem um investimento previsto, em 2025, de 66 milhões e meio de euros: mais de 53 milhões de euros para os tribunais e cerca de 13 milhões para os estabelecimentos prisionais. Posso adiantar alguns exemplos mais emblemáticos.

Estão em **fase de adjudicação** do projeto:

- A futura prisão de Ponta Delgada, depois de 10 anos de espera
- O futuro Palácio de Justiça de Braga
- O futuro Palácio de Justiça de Guimarães

Em fase de **adjudicação da empreitada**, temos:

- O Futuro Tribunal de Vila Franca de Xira (Futuro Palácio da Justiça de Lisboa Norte), depois de 10 anos à espera.
- O Futuro Palácio de Justiça de Sesimbra

- O Centro de Estudos Judiciários em Vila do Conde está também em fase de adjudicação da empreitada pela CM de Vila do Conde.

Já temos **obras de remodelação ou ampliação em curso**:

- No Palácio de Justiça de Penafiel
- No Tribunal Judicial de Ribeira Grande /Instalações da Conservatória dos Registos (Açores)
- No Palácio da Justiça de Santa Cruz (Madeira)
- No Palácio de Justiça de Portalegre, a empreitada já foi adjudicada e deve começar muito em breve.

Por fim, para **restaurar a confiança dos cidadãos na Justiça**, a primeira prioridade é encurtar os tempos de decisão. Uma decisão célere pode ser justa ou injusta. Uma decisão tardia é sempre injusta.

Uma decisão célere tem sempre a virtualidade de existir, podendo ser acatada ou recorrida. Uma decisão tardia não serve a Justiça, nem os cidadãos, nem as empresas.

É por isso que os investimentos em tecnologia, em comunicações, em meios de obtenção de prova, em plataformas que cruzam informação entre os Tribunais e a Medicina Legal ou entre as prisões e o SNS são essenciais. Mas podemos também falar de coisas mais simples como a transcrição de depoimentos ou colmatar falhas na interpretação e tradução de documentos.

Em 2025 teremos a tramitação eletrónica da fase do inquérito nos processos-crime a funcionar em pleno. Este passo, tão simples, pode reduzir para metade o tempo de duração do inquérito e aumentar a responsabilidade, a transparência e a credibilidade da Justiça. É assim que se recupera a confiança dos cidadãos.

Restaurar a confiança na Justiça também se faz pelo exemplo que o Estado der na gestão dos dinheiros públicos e na **intransigência com a corrupção**. Temos uma visão holística deste fenómeno: ter mais funcionários judiciais, ter a Polícia Judiciária e os tribunais a funcionar com mais meios humanos e tecnológicos é caminho andado no combate à corrupção.

Os cidadãos reganharão também mais confiança na Justiça, se o Estado estiver do lado dos mais fracos e do **lado das vítimas**. Os grupos mais vulneráveis também têm voz neste orçamento:

- Existem no país 10 Gabinetes de Apoio à Víctima. Estamos a trabalhar para instalar mais dois novos GAV em 2025.
- Para atacar o flagelo social da violência doméstica, foi criado em julho, o Grupo de Trabalho das “72 horas”. Este grupo junta elementos da Justiça, Administração Interna, da Juventude e Modernização Administrativa, em articulação com a PGR, para aperfeiçoar os mecanismos da reação da GNR, da PSP e da PJ, nas 72 horas subsequentes à apresentação de denúncia por maus-tratos.
- Já foi revista a ficha de avaliação de risco, havendo uma versão final consensualizada. Segue-se a fase de aplicação piloto pela PSP e GNR desta nova versão, antes de escalar a todo o país.
- Criámos mais vagas nos Centros Educativos para acolher os menores institucionalizados.
- A pensar nos utentes de apoio judiciário, estamos a rever a tabela de honorários e os atos dos advogados oficiosos.

Uma coisa vos prometo: o Estado pode passar a pagar melhor, mas também vai fiscalizar mais a qualidade e a quantidade dos serviços que paga. Reforçaremos o controlo nesta matéria.

O que os portugueses querem é uma Justiça que funcione.

E a Justiça não funcionará sem bons magistrados. Por isso uma das reformas já em curso é o da revisão do **acesso às magistraturas** e das regras de avaliação para os ingressos dos futuros magistrados. Está nas mãos dos Senhoras e Senhores Deputados apreciarem a proposta de Lei de alteração da Lei do Centro de Estudos Judiciários que terá a sua discussão agendada, esperamos nós, a tempo de ser aplicada já no próximo ano letivo do CEJ.

A paz social voltou à Justiça. Mas também voltou o investimento e a vontade de a reformar. O Ministério da Justiça não faz a Justiça. Mas é quem dá os meios para que a Justiça seja feita.

E se governar é a arte do possível, gerir é arte de retirar o maior proveito de recursos limitados, para o **Bem de todos**.

Senhor Presidente da COFAP

Senhora Presidente da 1ª Comissão

Senhoras e Senhores Deputados,

Estamos à Vossa disposição para responder às questões que entendam fazer-nos.

Muito obrigada.

Só faz fé a versão efetivamente dita.